SOMOS REFERÊNCIA NA MATRIZ ENERGÉTICA MUNDIAL

JACYR COSTA FILHO

Membro da Diretoria do Grupo Tereos e presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/ Fiesp)

Da Redação

DETENTOR DE uma visão internacional focada na gestão de empresas, conhecedor de processos ligados ao tema sucroenergético e tendo ocupado cargos diferentes em empresas e instituições, Jacyr Costa Filho traz a sua vasta experiência profissional, com análises e comentários de alta qualidade. Atualmente, o entrevistado acumula duas importantes funções: a de membro da Diretoria do Grupo Tereos, segunda maior produtora de açúcar do mundo; e a de presidente do Cosag, desde 2016.

AGROANALYSIS: COMO ESTÁ A MATRIZ ENERGÉTICA NACIONAL EM RELAÇÃO AO MUNDO?

JACYR COSTA FILHO: Na matriz enérgica brasileira, os produtos de cana-de-açúcar desempenham um papel relevante, com uma participação em torno de 18% do total. A matéria-prima constitui a base para a produção de etanol, considerado um combustível alternativo para os automóveis. Criado em 1975, durante o choque de preços internacionais do petróleo, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) trouxe a intenção de promover a independência energética nacional, além de desenvolver a indústria de carros movidos a etanol. Hoje, esse produto está bastante alinhado ao desenvolvimento sustentável mundial para diminuir os impactos ambientais causados pelas fontes de combustível não renováveis.

Os riscos de crises constantes do mercado de petróleo levaram, também, as usinas a se capacitarem no domínio da tecnologia para a queima do bagaço na produção e na geração de energia elétrica. O resultado veio com o tempo, e o setor alcançou a autossuficiência e a capacidade de exportação de energia, o que se deu a partir do início deste século, com mudanças nas normas institucionais e aprimoramento do marco regulatório. Com agregação de valor, custos em declínio e forte desenvolvimento econômico, o potencial para transformação da cana-de-açúcar diversifica e aumenta as oportunidades dessa cultura.

É UMA HISTÓRIA DIFÍCIL, COM MUITO ESPÍRITO EMPREENDEDOR?

JCF: Com certeza. Partimos da mistura de etanol anidro na gasolina. Na década de 1970, diante do quadro instável do petróleo, veio, também, a conjuntura externa de aperto financeiro, quando os Estados Unidos subiram os juros para mais de 20% ao ano. Ficamos sem recursos para a importação de petróleo; naquela época, importávamos 70% da gasolina consumida. A salvação veio com o Proálcool, quando começamos a criar as raízes para consolidar essa base instalada. Somos o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, uma cultura renovável e versátil, com cerca de 360 usinas espalhadas em mais de mil municípios no Brasil.

Considerando a energia produzida pelo setor mais a eletricidade a partir das hidrelétricas, o Brasil representa a



GREG GONZALEZ

matriz elétrica mais limpa do Planeta, com 83% oriundos de fontes renováveis. Quando olhamos para a China, vemos que 69% possuem como fonte o carvão. Na Índia, 44% e 25%, respectivamente, vêm do carvão e do petróleo, ou seja, 69% são provenientes de energias fósseis. No mundo, 80% da matriz energética é composta de, principalmente, fontes não renováveis, como o carvão, o petróleo e o gás natural. Então, o Brasil serve, hoje, como referência nesse setor. Nesse papel, realçamos a importância dos biocombustíveis, que incluem o etanol, seja de cana ou milho, e o biodiesel.

SAÍMOS DO CONTROLE GOVERNAMENTAL ORIENTADO PARA O MERCADO?

JCF: O Proálcool conseguiu reduzir as importações de petróleo e melhorou a produção agrícola dos canaviais. Em 1990, o governo Collor extinguiu o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), que planejava e controlava as quotas de produção e exportação de todo o setor. A resposta apareceu com a criação do Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (CONSECANA-SP), que trouxe uma evolução no relacionamento entre fornecedor e usina com o pagamento de cana-de-açúcar por teor de sacarose. Enquanto os preços do açúcar e do etanol estavam liberados, o controle persistiu na matéria-prima por algum tempo, até o acordo para repartição de preços entre a indústria e o fornecedor de cana. O resultado foi positivo e funciona até agora.

> **"...O CONSECANA-SP REPRESENTOU UMA SOLUÇÃO A SER REGULADA PELO MERCADO."**

De forma efetiva, o CONSECANA-SP representou uma solução a ser regulada pelo mercado. Atualmente, o setor canavieiro tem o usineiro, que produz a própria cana para moer na sua usina, e o produtor fornecedor autônomo, que só produz e vende a cana para a usina. Deixou de haver a necessidade de o Governo arbitrar. Se o preço do açúcar varia para cima, o da cana também caminha nessa direção e, se varia para baixo, o da cana segue a mesma linha. Esse processo justo deu equilíbrio e segurança à cadeia produtiva. Os parâmetros desse modelo são atualizados periodicamente. Neste momento, por exemplo, estamos discutindo a repartição da receita de créditos de descarbonização (CBios). A situação é muito melhor do que quando o Governo intervinha de forma absoluta no processo via IAA.

QUAIS SÃO AS CONSIDERAÇÕES PARA O ETANOL DE MILHO NO FUTURO?

JCF: Trata-se de uma avaliação interessante, principalmente se levarmos em conta o aspecto complementar existente entre o etanol de milho e o de cana-de-açúcar. Essa combinação espanta o fantasma sobre o risco de haver escassez na quantidade de etanol quando o preço do açúcar estiver elevado. O raciocínio parte do princípio de maximizar a rentabilidade do negócio, com a tendência de as usinas diversificarem a produção com as duas culturas, o que pode ser benéfico para o programa de biocombustíveis. Afinal, o Brasil possui capacidade competitiva para a produção de etanol de milho em diversas regiões do seu território.

Podemos analisar especificamente o estado de Mato Grosso, com um enorme potencial para a produção crescer em área e volume. No estado, como o preço fica mais barato devido à falta de logística, o milho ganha competitividade quando agrega valor se utilizado para produzir etanol. Algumas usinas de cana localizadas no Brasil Central já adotam a fabricação de etanol do cereal no período de entressafra. A viabilidade econômica desse projeto melhora em função do menor custo do produto.

Na fabricação de biodiesel, observamos situações parecidas com a da soja, que, em vez de exportar grãos como *commodity* agrícola pura, agrega emprego e renda. O mesmo acontece com o aproveitamento do sebo de boi. Tais alternativas são bem-vindas para desenvolver o interior do Brasil.

O SETOR TEM MOMENTOS BONS OU RUINS CONFORME O GOVERNO. ISSO MUDA COM O RENOVABIO?

JCF: Essa pergunta parece bem adequada frente ao espaço crescente a ser ocupado pelo conceito de sustentabilidade na agenda de âmbito mundial. O tema ganha prioridade constante na União Europeia (UE), conforme mostra a ascendência do Partido Verde, com vitórias importantes nas eleições de vários países, incluindo o

> **"NO CASO DO RENOVABIO, CRIOU-SE O CONCEITO DE EFICIÊNCIA AMBIENTAL POR MEIO DO CBIO..."**

atual governo alemão em formação da chanceler Angela Merkel. De uma forma geral, a posição estratégica ambiental ganha força. Então, precisamos prestar atenção a esses movimentos em face da capacidade de influência do bloco, em especial nas negociações internacionais de comércio.

A Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) traz como principal objetivo ampliar a participação dos biocombustíveis e descarbonizar a matriz de transportes brasileira. Normalmente, para isso ocorrer, as práticas políticas consistem na inserção de taxas de carbono sobre os combustíveis fósseis sem considerar a eficiência da produção. No caso do RenovaBio, criou-se o conceito de eficiência ambiental por meio do CBio, emitido por produtores e importadores de biocombustíveis. Vale ressaltar que um CBio corresponde a 1 tonelada de carbono que deixa de ser emitida para a atmosfera no seu ciclo de produção.

EM TERMOS PRÁTICOS, COMO FUNCIONA ESSE MECANISMO?

JCF: Podemos usar, como exemplo, as sete usinas da Tereos. Entre as unidades, para emitir o CBio, há uma variação entre 739 litros e 821 litros de etanol dependendo da eficiência ambiental de cada uma. Por isso, investimos na produção de biogás na cogeração de energia e, eventualmente, na sua transformação em biometano para ser usado nas máquinas e nos caminhões para produção e transporte de cana.

A usina emite e coloca o CBio para ser negociado na B3 (bolsa de valores), e a distribuidora de combustível recebe uma quantidade individualizada para comprar CBios. Cabe ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) estabelecer as regras do RenovaBio e do CBio, enquanto a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) atribui a obrigação para o cumprimento de comercialização anual do distribuidor. Em 2020, o número de CBios gerados pelos produtores de biocombustíveis registrados na B3 superou os 14,5 milhões estipulados na meta, alcançando mais de 17 milhões. Para o próximo ano, a meta deve passar para 24,8 milhões.

> **"NA EUROPA, COMETEU-SE O EQUÍVOCO DE ANALISAR O CARRO ELÉTRICO NAQUELE CONCEITO DO TANQUE A RODA..."**

E A CHEGADA DO CARRO ELÉTRICO?

JCF: Os avanços tecnológicos não param de evoluir. No caso do carro elétrico, o foco deve estar em dois pontos: a origem do fluxo da carga elétrica e o ciclo completo da produção. Na Europa, cometeu-se o equívoco de analisar o carro elétrico naquele conceito do tanque a roda, que considera apenas as emissões diretas produzidas pelo uso do veículo, ou seja, a queima de combustível.

Hoje, o carro a etanol brasileiro emite menos CO_2 do que os carros elétricos europeu e chinês. Neste último, 69% da eletricidade origina-se do carvão mineral, responsável pela poluição do ar, pela emissão de gases do efeito estufa (GEE) e pela formação de chuvas ácidas. Alternativa viável para quem deseja ser mais sustentável, com 11% de emissão de gasolina, contemplamos um futuro bem grande para o carro híbrido, com o uso de etanol para fazer a conversão da eletricidade dentro do veículo.

PODEMOS TER UMA EXPECTATIVA MUITO POSITIVA PARA OS PRÓXIMOS ANOS?

JCF: Claramente, sim. É interessante destacar que tanto o RenovaBio quanto o CBio não são produtos exclusivos do setor produtivo e de distribuição de etanol, já que qualquer cidadão pode comprar e vender CBios quando quiser. Esse modelo estende-se perfeitamente a outros setores, como o biodiesel com a soja, o sebo e outros produtos, em face da economia de energia de emissões. Trata-se de uma inovação extraordinária, com perspectivas de sucesso de larga probabilidade.

Além disso, o plano traçado pelo RenovaBio deve ajudar o Brasil a cumprir parte das metas de redução de emissões de GEE estipuladas pelo Acordo de Paris em 2015, durante a convenção que discutiu as mudanças climáticas mundiais. Comparamos a pegada de carbono dos diferentes biocombustíveis em seu ciclo de vida, da produção à queima no veículo, e mensuramos a redução de emissões proporcionada frente à alternativa fóssil. Com base nesse levantamento, as metas de descarbonização foram estipuladas, e, à medida que os biocombustíveis são mais utilizados e os CBios são comercializados, o Brasil fica um passo à frente na caminhada para cumprir o acordo de descarbonização da sua matriz energética. ■